

A variável política na renegociação da dívida

18 SET 1984

Saulo Krichanã
Rodrigues (*)



Recordistas mundiais de endividamento eterno (os Jogos Olímpicos não preveem essa modalidade), chegaremos ao coliseu financeiro de Nova York sem a primazia de outros tempos, haja vista a entrada na raia de novos concorrentes do Leste europeu, de novos vizinhos latinos e africanos e, mesmo, de alguns parceiros mais desenvolvidos que passaram a fazer parte do nada invejável clube dos países inadimplentes, em face do sistema financeiro internacional.

Além do aumento do número de concorrentes, talvez o fato novo mais importante registrado na versão moderna dos jogos financeiros seja a influência crescente que a variável política passou a ter nos resultados das competições entre credores e devedores — até agora resolvidas por critérios eminentemente técnicos.

Alguns países já se ha-

viam antecipado nessa questão, boicotando os pagamentos contratados ou mesmo se ausentando, unilateralmente, do campo de negociações. Com esta atitude, procuravam protestar contra os índices mínimos de desempenho econômico, fixados pelos árbitros dos Comitês de Dívida Externa.

A intermediação política em bloco procura, todavia, organizar a reação isolada dos países devedores de forma tanto a conseguir o reconhecimento de sua força junto aos países credores quanto a impedir que, por falta de diálogo, se comprometa o futuro dos jogos financeiros nos próximos anos.

As reações ao uso da arma política têm sido contundentes: a princípio, alterações seguidas nas condições dos empréstimos externos, com ameaça de novos recordes na modalidade de elevação dos juros internacionais. E, a seguir, o aceno da possibilidade em negociar as comissões de risco — o que redundaria numa tentativa de fazer voltar as negociações ao âmbito técnico e individual.

Afinal, o risco é uma fun-

ção de condições próprias e particulares de cada país em relação ao conjunto de credores. E não uma macrovariável capaz de ser disseminada de modo democrático a todos os países devedores.

A verdade é que, mesmo considerando algumas marcas conseguidas no mercado interno — como superávits nas contas comerciais, milimétricas recuperações nos setores de exportação ou o controle (?) da inflação —, a equipe brasileira ainda carece de pontos para ultrapassar a barreira do endividamento, que se desloca a cerca de 15% ao ano, ante uma capacidade física das exportações mundiais em crescer em torno dos 80% anuais.

Os dilemas que se colocam para todos os participantes dos jogos financeiros modernos são então cruciais.

Do lado dos credores, a questão é assegurar um fluxo de renda dos países devedores capaz de prover a solvência de suas instituições financeiras, assim como saciar o apetite de seus milhares de acionistas.

Tanto mais depois que estes passaram a ser ali-

mentados com o produto de aplicações de retorno disutilível, concentrados em poucos países em que as fases de crescimento só são possíveis com a expansão das economias mais industrializadas.

Como a expectativa é de nova contração na economia mundial, após as eleições diretas nos Estados Unidos (do Norte, é claro...), e como esses países, para gerarem a renda financeira exigível, têm de chegar ao limite de tolerância social de seus incipientes mercados internos, então...

Para os países devedores, os dilemas não são menos prosaicos. De um lado, têm de convencer a opinião pública interna de que os ganhos privados dos setores exportadores serão repassados à sociedade, sem expansão do crédito e com controle de salários, resultando na ocupação da capacidade dos setores não exportadores e na queda da inflação.

De outro, vão para a mesa de negociações com um mínimo de planejamento e um máximo de imprevisão.

E, ainda, devem convencer o público dos credores e dos árbitros do Comitê da

Dívida de que é necessário crescer sem colocar em risco, todavia, os índices de desempenho mínimo estabelecidos para este tipo de competição.

Com tantos desafios já há quem prefira terminar com os jogos financeiros da forma como estão organizados. E proceder às reformas monetárias na linha que o barão de Coubertin da Economia (que não era barão, era o lorde Keynes) postulava desde 1944: uma nova ordem monetária, novas instituições financeiras, um banco central mundial (será que cola?) e daí por diante.

Nesse caso seria redivivo o velho ideal olímpico de que o importante não é ganhar mas competir — o que equivale, simetrias à parte, à igualdade ou cumplicidade das perdas entre credores e devedores. Tanto mais porque, na ausência dessa velha máxima, o que deveria parecer uma disputa salutar assemelhasse, cada vez mais, com uma rinha desigual de consequência funestas para o equilíbrio sócio-político, notadamente das nações devedoras.

(*) Professor de Economia da PUC e da FMU.